

General Electric
Capital do Brasil
Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Quotistas da
General Eletric Capital do Brasil Ltda.**

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da General Eletric Capital do Brasil Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da General Eletric Capital do Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Contexto operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras que descreve que a Empresa faz parte do grupo GE e, desde a venda de suas operações em 2011, ela está com suas atividades paralisadas e conta com recursos financeiros do Grupo GE para o cumprimento de suas obrigações contratuais. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Veja a Nota 6 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

Conforme informações divulgadas na nota explicativa nº 6, a Empresa possui saldos relevantes de mutuo a receber com sete empresas do Grupo Queiroz Galvão, para os quais a administração reconhece as perdas no valor recuperável esperadas conforme CPC 48. Devido ao valor envolvido na transação, assim como ao julgamento necessário para a estimativa da perda do valor recuperável do ativo, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros a avaliação e razoabilidade dos critérios e premissas utilizados na mensuração e reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável do mútuo, disponibilizados pela Administração. Avaliamos também os planos e perspectivas de realização deste ativo, preparados pela Empresa, os quais envolvem, de acordo com a nota explicativa nº6, o recebimento financeiro através de utilização da garantia emitida pela General Electric Company e reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável do montante não coberto pela garantia.

Avaliamos também as divulgações relacionadas ao assunto nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são aceitáveis os saldos e respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de Outubro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contador CRC 1SP 252905/O-2

General Electric Capital do Brasil Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.920	58	Notas promissórias a pagar	10	498.793	-
Aplicações financeiras	5	-	1.329	Contas a pagar	9	1.402	198
Mútuos a receber de terceiros	6	524.924	466.552	Imposto de renda e contribuição social	7	20.486	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	1.243	651	Passivo fiscal	11	9.811	-
Outras contas a receber	8	54	1.314	Outras contas a pagar	12	40	722
Total do ativo circulante		<u>532.141</u>	<u>469.904</u>	Total do passivo circulante		<u>530.532</u>	<u>920</u>
Não circulante				Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	4.386	2.692	Notas promissórias a pagar	10	-	460.915
Outras contas a receber	8	2.709	2.037	Provisão para contingências	13	8.704	12.798
Total do realizável a longo prazo		<u>7.095</u>	<u>4.729</u>	Total do passivo não circulante		<u>8.704</u>	<u>473.713</u>
Total do ativo não circulante		<u>7.095</u>	<u>4.729</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	14	772.714	764.219
				Prejuízos acumulados		(772.714)	(764.219)
				Total do patrimônio líquido		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u><u>539.236</u></u>	<u><u>474.633</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>539.236</u></u>	<u><u>474.633</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

General Electric Capital do Brasil Ltda

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	4.370	(5.704)
Perda por redução ao valor recuperável de mutuo a receber	6	(85.137)	-
Outras (despesas) receitas operacionais		(125)	116
		<u>(80.892)</u>	<u>(5.588)</u>
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos			
Receitas financeiras	17	139.751	60.449
Despesas financeiras	17	(44.230)	(53.685)
		<u>95.521</u>	<u>6.764</u>
Receitas financeiras líquidas			
		<u>14.629</u>	<u>1.176</u>
Resultado antes dos impostos			
Imposto de renda e contribuição social	15	(23.124)	(1.176)
		<u>(8.495)</u>	<u>-</u>
Prejuízo líquido do exercício			
		<u><u>(8.495)</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

General Electric Capital do Brasil Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Prejuízo líquido do exercício	<u>(8.495)</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(8.495)</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

General Electric Capital do Brasil Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2017		<u>764.219</u>	<u>(764.219)</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>764.219</u>	<u>(764.219)</u>	<u>-</u>
Aumento de capital	14	8.495	-	8.495
Prejuízo líquido do exercício		<u>-</u>	<u>(8.495)</u>	<u>(8.495)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>772.714</u>	<u>(772.714)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

General Electric Capital do Brasil Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Resultado antes dos impostos		14.629	1.176
Ajustes para:			
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	17	-	(512)
Obrigações contratuais contingentes	13	(4.094)	3.857
Juros, multa e IOF sobre mútuos a receber	6	(143.509)	(59.804)
Perda por redução ao valor recuperável de mutuo a receber	6	85.137	-
Juros sobre notas promissórias	10	<u>37.878</u>	<u>47.767</u>
		(9.959)	(7.516)
Variações nos ativos e passivos operacionais			
(Aumento) / redução nos ativos			
Imposto de renda e contribuição social líquido		1.660	20
Outras contas a receber		1.184	(1.411)
Aumento / (redução) nos passivos			
Contas a pagar		127	172
Outras contas a pagar		(682)	(72)
Passivo fiscal		9.808	(10)
Pagamento de juros sobre notas promissórias	10	<u>-</u>	<u>(47.782)</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.663)	(1.433)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais		<u>(525)</u>	<u>(58.032)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos			
Resgate de aplicações financeiras	5	1.329	21.591
Aplicações financeiras	5	-	(14.095)
Rendimento sobre aplicações financeiras	5	-	532
Caixa e equivalentes proveniente da incorporação de entidade do grupo		<u>5.058</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		<u>6.387</u>	<u>8.028</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de notas promissórias	10	-	(410.000)
Notas promissórias captadas	10	<u>-</u>	<u>460.000</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>50.000</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>5.862</u>	<u>(4)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		58	62
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>5.920</u>	<u>58</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>5.862</u>	<u>(4)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A General Electric Capital do Brasil Ltda. (“GE Capital” ou “Empresa”) tem como objeto social participar no capital de outras sociedades como sócia quotista ou acionista. A Empresa tem sua sede na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, 10º andar, sala 124, Cidade Jardim Corporate Center, Continental Tower, Cidade Jardim, CEP 05676-120, no município de São Paulo, estado de São Paulo.

A Empresa era a holding do Banco GE Capital S.A. e da promotora de vendas GE Participações e Promoções de Serviços Ltda. e, desde a venda de seus investimentos ao Banco BMG S.A., que foi concretizada em 9 de junho de 2011, está com suas operações paralisadas.

A General Electric Capital do Brasil Ltda. é uma Empresa do grupo GE (General Electric CO.), e conta com recursos financeiros do Grupo GE para o cumprimento de suas obrigações contratuais. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

O Grupo GE no Brasil vem passando por um processo de reestruturação societária nos últimos exercícios sociais, com o propósito de obter sinergias entre as entidades do Grupo e melhorar sua organização administrativa. A Administração planeja incorporar a Empresa em outra entidade do Grupo GE futuramente. A incorporação está sob controle da Administração e não existem fatores que indiquem que a Empresa não será incorporada futuramente.

Em 2018, a administração da Empresa aprovou a incorporação da entidade legal GE Capital Information Technology Solutions do Brasil Ltda (“GE ITS”) nesta Empresa. O processo de aprovações internas e externas para referida operação foi concluído em 1º de novembro de 2018, onde todos os ativos e passivos da entidade foram transferidos por meio de operação societária de incorporação, com a consequente extinção da GE Capital Information Technology Solutions do Brasil Ltda (“GE ITS”).

a. Aspectos societários

Em 1º de novembro de 2018, com base no levantamento do acervo líquido, abaixo demonstrado, apurado na data-base de 31 de outubro de 2018, conforme laudo de avaliação emitido por perito externo, a Empresa incorporou as entidade GE Capital Information Technology Solutions do Brasil Ltda.

Balanco patrimonial da incorporada em 31 de outubro de 2018:

Ativo		Passivo	
Caixas e equivalentes de caixa	623	Contas a pagar	1.077
Aplicações financeiras	4.435	Passivo fiscal corrente	3
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.921		
Depósitos judiciais	596		
		Total do acervo líquido	8.495

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Empresa em 21 de outubro de 2019.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa 3.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras da Empresa no qual o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre estimativas referentes a políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota:

- **nota explicativa nº 6** mensuração da perda esperada sobre mútuo a receber: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo o reconhecimento da perda do ativo financeiro com problema de recuperação de crédito;
- **nota explicativa nº 13** - provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

3 Principais políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, com exceção do mencionado na nota explicativa 3.f.

a. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e sobre mútuos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem substancialmente as despesas bancárias e juros sobre notas promissórias.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. A Empresa não reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais por não ser provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para que a Empresa possa utilizar-se destes benefícios (nota explicativa 15b).

c. Instrumentos financeiros

Política aplicável anteriormente a 1º de janeiro de 2018

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

A Empresa classifica os seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Empresa classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos – Mensuração

Ativo financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentadas pela Empresa. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de liquidez imediata, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração*

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Empresa adotou o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018 e os efeitos da adoção dessa norma estão descritos no nota 3(f).

(iv) *Classificação*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR (Valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: i) não se enquadram os modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(v) *Mensuração*

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A receita de juros apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo ao amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A despesa de juros apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

(vi) Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- o desempenho da carteira que é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

(vii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins da avaliação do principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo).

(viii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Empresa poderá desreconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirarem, ou quando a Empresa transferir os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transferir nem manter substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa poderá desreconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual for retirada, cancelada ou expira. A Empresa também poderá desreconhecer um passivo financeiro quando os termos forem modificados e os fluxos de caixa do passivo modificados forem substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados for reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ix) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(ii) Ativos financeiros não derivativos

Política aplicável anteriormente a 1º de janeiro de 2018

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data do balanço para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Empresa sobre condições de que a Empresa não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Política aplicável a partir a 1º de janeiro de 2018

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do cliente, na avaliação de crédito e informações prospectivas (forward-looking).

A Empresa presume que o risco de crédito do ativo financeiro aumentou significativamente após: i) a data de vencimento do contrato; e ii) dificuldade do cliente em refinarciar a dívida.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como possível plano de recuperação judicial;
- condição financeira deteriorada do cliente; ou
- os incidentes sobre ativo financeiro não estejam coberto pela garantia.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros com problema de recuperabilidade é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através da estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados. Os custos financeiros incorridos, se houver, são registrados no resultado.

f. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Empresa na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as categorias antigas do CPC 38 de ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Sua adoção não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto na classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros está descrito na tabela a seguir, demonstrando as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48.

		<u>01 de janeiro de 2018</u>		
	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	58	58
	Valor justo por meio do	Valor justo por meio		
Aplicações Financeiras	resultado	do resultado	1.329	1.329
Mútuo a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	466.552	466.552
Total de ativos financeiros			467.939	467.939

(ii) *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

Não espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Empresa no momento da adoção da norma.

g. *Novas normas e interpretações ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) *CPC 06 (R2) – Arrendamentos*

A Empresa deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Administração não espera que a adoção do CPC 06(R2) produza impacto significativo sobre suas demonstrações financeiras.

(ii) *Outras normas*

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 15-2017 – várias normas;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2018	2017
Caixas e bancos	919	58
Aplicações financeiras	<u>5.001</u>	<u>-</u>
Total	<u>5.920</u>	<u>58</u>

Os valores relativos ao caixa e bancos referem-se a depósitos à vista de curto prazo em instituição financeira, no montante de R\$ 919 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 58 em 31 de dezembro de 2017), prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valores.

Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações eram remuneradas a 52%, 97% e 98% (97% e 98% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estavam aplicadas na instituição financeira do Banco Santander S.A. As aplicações financeiras foram demonstradas como caixa e equivalentes de caixa por atender à todos os requerimentos do CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5 Aplicações financeiras

	2018	2017
Aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>1.329</u>
	<u>-</u>	<u>1.329</u>

Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações eram remuneradas a 97% e 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estavam aplicadas na instituição financeira do Banco Santander S.A.

O saldo foi apresentado como aplicações financeiras por não atender um dos requerimentos do CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, uma vez que a Empresa não possuía compromissos de curto prazo com valor significativo que pudessem ser liquidados com as mesmas e, seus passivos eram basicamente relativos a pagamento de despesas administrativas junto à empresas do Grupo e impostos a recolher.

Os juros recebidos provenientes destas aplicações são apresentados nas atividades de investimento nas demonstrações de fluxos de caixa. A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 18.

6 Mútuos a receber de terceiros

a. Composição

	2018	2017
Central Eólica Amontada S.A.	67.603	51.700
Central Eólica Aristarco S.A.	89.176	68.198
Central Eólica Bartolomeu S.A.	94.520	72.286
Central Eólica Boreas S.A.	143.554	109.784
Central Eólica Brite S.A.	88.850	67.949
Central Eólica Caiçara S.A.	102.011	78.014
Central Eólica Colibri S.A.	24.347	18.621
(-) Perda por redução ao valor recuperável	<u>(85.137)</u>	<u>-</u>
	<u>524.924</u>	<u>466.552</u>

Modalidade

Início	26/12/2016
Principal contratado	R\$ 405.799
Saldo contábil	R\$ 524.924
Vencimento inicial	21/06/2017
Vencimento final	18/12/2017
Taxa de juros - durante período de carência	100 % do CDI + 2,25% a.a.
Taxa juros - após período de carência	100 % do CDI + 4,85% a.a.
Juros de mora	1% a.m sobre o principal e juros contratuais
Multa	2% sobre o valor total devido
Garantias	Notas promissórias (200% do valor do limite)

b. Movimentação dos mútuos

Mutuária	Saldo em 2017	Adições Juros Contratuais	Adições Juros de Mora	Adições Multa	Adições IOF	Saldo em 2018
Central Eólica Amontada S.A.	51.700	6.032	8.109	1.326	436	67.603
Central Eólica Aristarco S.A.	68.198	7.958	10.696	1.749	575	89.176
Central Eólica Bartolomeu S.A.	72.286	8.434	11.337	1.854	609	94.520
Central Eólica Boreas S.A.	109.784	12.810	17.219	2.815	926	143.554
Central Eólica Brite S.A.	67.949	7.929	10.657	1.742	573	88.850
Central Eólica Caiçara S.A.	78.014	9.103	12.236	2.000	658	102.011
Central Eólica Colibri S.A.	<u>18.621</u>	<u>2.172</u>	<u>2.920</u>	<u>477</u>	<u>157</u>	<u>24.347</u>
Total mutuo	<u>466.552</u>	<u>54.438</u>	<u>73.174</u>	<u>11.963</u>	<u>3.934</u>	<u>610.061</u>
(-) Perda por redução ao valor recuperável	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(73.174)</u>	<u>(11.963)</u>	<u>-</u>	<u>(85.137)</u>
Total mutuo a receber de terceiros	<u>466.552</u>	<u>54.438</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.934</u>	<u>524.924</u>

A perda por redução ao valor recuperável tem a seguinte movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Constituição	85.137	-
Reversão	-	-
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro	85.137	-

Em 23 de dezembro de 2016, a Empresa estabeleceu contratos de mútuos com cada uma das contrapartes mencionadas acima (parques eólicos integrantes do projeto CG-1 patrocinado pela Queiroz Galvão Energética S.A.), com o propósito de prover recursos a tais empresas para que elas pudessem liquidar suas obrigações com uma empresa do grupo GE no Brasil.

O valor foi concedido por meio de sete contratos de mútuo com vencimento inicial em 21 de junho de 2017, os quais foram prorrogados para 18 de dezembro de 2017.

Em 7 de abril de 2017, conforme estabelecido no 1º aditamento, os contratos de mútuo tiveram o vencimento prorrogado para 31 de agosto de 2017. Em 29 de agosto de 2017, a Empresa e as contrapartes mencionadas acima celebraram o 2º aditamento, prorrogando o vencimento dos contratos para 16 de outubro de 2017. Em virtude das discussões em curso entre as partes, acerca do financiamento de longo prazo, as partes concordaram em alterar a data de vencimento dos contratos para 18 de dezembro de 2017, conforme 3º aditamento. Não foram emitidos aditamentos posteriores, devido às negociações em curso.

Conforme acordo firmado com as contrapartes mencionadas acima, o saldo do mútuo a receber tem incidência de juros por atraso (mora) e multa a partir do vencimento, ou seja, 18 em dezembro de 2017. Conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros, e com base na avaliação da administração da Empresa, os saldos de mútuo a receber foram classificados no conceito de "ativo financeiro com problema de recuperação de crédito" e avaliados, pela Empresa, com risco de perda.

A General Electric Company é garantidora do pagamento de todo o montante relacionado ao principal, juros e todos os gastos relacionados aos termos do contrato de mútuo com as contrapartes, com exceção dos juros por atraso (mora) e multa. e portanto, ao efetuar a avaliação da perda esperada, a Empresa reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável para o montante não coberto pela garantia, que corresponde aos juros por atraso (mora) e multa.

Essa garantia foi parcialmente executada em fevereiro de 2019, conforme nota explicativa 18.

A garantia é executável quando os eventos para os quais foram contratadas garantia ocorreram, sendo que o não pagamento do mútuo a receber, pelos devedores, é uma das condições que permite a Empresa cobrar a garantia.

A análise do risco de crédito e exposição da Empresa a riscos de taxas de juros, assim como uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 17.

7 Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a pagar

a. Impostos de renda e contribuição social a recuperar

	2018	2017
Recuperar		
Imposto de renda e contribuição social	<u>5.629</u>	<u>3.343</u>
Circulante	1.243	651
Não circulante	4.386	2.692

Parte da realização dos impostos ocorrerá pela incorporação da Empresa em outra entidade do Grupo GE, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. De acordo com o planejamento da Administração, a Empresa será incorporada e terá oportunidade de utilizar os créditos tributários de longo prazo.

A incorporação está sob controle da Administração e não existem fatores que indiquem que a Empresa não será incorporada futuramente. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para estes impostos.

Os créditos de impostos serão utilizados para pagamentos e compensações de IRRF e outros tributos federais.

b. Impostos de renda e contribuição social a pagar

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social	<u>20.486</u>	<u>-</u>

8 Outras contas a receber

	2018	2017
General Electric Capital International Holdings Corporation - Despesas reembolsáveis (nota 9)	54	1.314
Depósito judicial (i)	<u>2.709</u>	<u>2.037</u>
	<u>2.763</u>	<u>3.351</u>
Circulante	54	1.314
Não circulante	2.709	2.037

- (i) Representado por depósito judicial no valor de R\$ 1.249 efetuado em 21 de outubro de 2011 mais atualização (Selic) para atender a demanda judicial interposta pela União Federal contra o Banco GE Capital S.A (investida da GE Capital do Brasil Ltda. na época). Nesse montante está incluído também a execução fiscal apresentada pela União Federal em julho de 2007 contra a GE Capital Information Technology Solutions do Brasil Ltda., cobrando imposto de renda do 4º trimestre de 2000, no valor de R\$ 279. A recuperação se dará ao final do processo judicial ao qual esses depósitos estão atrelados.

9 Transações com partes relacionadas

A controladora direta da Empresa é a GE Capital UK Holdings LLC e a controladora indireta é a General Electric Company.

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de prestações de serviços entre a Empresa e partes relacionadas, conforme detalhado a seguir:

a. Saldos patrimoniais

(i) Ativo circulante

Outras contas a receber	Nota	2018	2017
General Electric Capital International Holdings Corporation (b)	8	<u>54</u>	<u>1.314</u>
		<u>54</u>	<u>1.314</u>

b. Passivo circulante

Contas a pagar	2018	2017
General Electric do Brasil Ltda (a)	<u>1.402</u>	<u>198</u>
	<u>1.402</u>	<u>198</u>

c. Resultado do exercício

Despesas administrativas	Nota	2018	2017
General Electric do Brasil Ltda (a)	16	<u>(127)</u>	<u>(674)</u>
General Electric Capital International Holdings Corporation (b)	16	<u>413</u>	<u>472</u>
		<u>286</u>	<u>(202)</u>

- (a) O saldo refere-se à estrutura de despesas administrativas compartilhadas (Global Operations Finance - GOF).
- (b) Refere-se a contas a pagar e despesas com honorários advocatícios e gastos processuais de causas que, conforme previsto contratualmente, devem ser indenizados pela General Electric Capital International Holdings Corporation (incorporada pela GE Capital UK Holdings LLC em 2015), conforme descrito na nota explicativa 13.

d. Garantias

Conforme mencionado nas notas explicativas nº. 6 e nº. 10, a General Electric Company é garantidora do pagamento dos contratos de mútuo a receber, assim como do pagamento das notas promissórias.

e. Remuneração dos Administradores

Os membros-chave da Administração são remunerados por partes relacionadas do Grupo GE e suas remunerações não impactam o resultado da Empresa.

10 Notas promissórias a pagar

	2018	2017
Notas promissórias a pagar	498.793	460.915
	498.793	460.915
Circulante	498.793	-
Não circulante	-	460.915

Termos e cronograma de amortização da dívida

2018				
Banco - operação	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Data de vencimento	Valor de face
Notas promissórias	R\$	Taxa DI Over pela CETIP + 1,7% aa	20/12/2019	460.000
2017				
Banco - operação	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Data de vencimento	Valor de face
Notas promissórias	R\$	Taxa DI Over pela CETIP + 1,7% aa	20/12/2019	460.000

Movimentação

	Saldo inicial	Captação principal	Juros e encargos apropriados	Liquidação principal	Liquidação - Juros e encargos	Saldo final
2017	410.930	460.000	47.767	(410.000)	(47.782)	460.915
2018	460.915	-	37.878	-	-	498.793

Em 26 de dezembro de 2016, a Empresa emitiu, junto ao Banco Itaú, notas promissórias nos termos da Instrução CVM 566, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476. Foram emitidas quarenta e uma notas promissórias no valor nominal unitário de R\$ 10.000, totalizando R\$ 410.000.

O montante captado pela Empresa por meio da emissão das notas promissórias foi destinado integralmente para os mútuos a receber com terceiros, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

Em 20 de dezembro de 2017 as notas promissórias, remuneradas por juros correspondentes a CDI + 1,75% ao ano, foram liquidadas no montante R\$ 458.711. Com o intuito de liquidar a dívida relacionada as notas promissórias, a Empresa emitiu na mesma data, junto ao Banco Itaú, notas promissórias nos termos da Instrução CVM 566, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476. Foram emitidas quarenta e seis notas promissórias no valor nominal unitário de R\$ 10.000, totalizando R\$ 460.000. As notas promissórias serão remuneradas por juros correspondentes a CDI + 1,7% ao ano. O vencimento das notas promissórias será 20 de dezembro de 2019.

O pagamento integral e pontual do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, quando devidos, está garantido por *guarantee letter* prestada pela General Electric Company. As notas promissórias não contarão com quaisquer outras garantias reais ou fidejussórias.

11 Passivo fiscal

	2018	2017
IOF a recolher	3.934	-
PIS a recolher (a)	795	-
IRRF a recolher	200	-
COFINS a recolher (a)	<u>4.882</u>	<u>-</u>
	<u>9.811</u>	<u>-</u>

- (a) Valores referem-se substancialmente ao PIS e COFINS sobre receita financeira decorrente de juros por atraso (mora) e multa, conforme previsto no acordo firmado com as contrapartes.

12 Outras contas a pagar

	2018	2017
Outras obrigações	40	98
Provisões serviços de terceiros (a)	<u>-</u>	<u>624</u>
	<u>40</u>	<u>722</u>

- (a) O saldo referia-se substancialmente ao serviço de consultoria, prestados para acompanhamento e formalização da emissão de notas promissórias junto ao Banco Itaú S.A. O valor foi quitado em 2018.

13 Provisão para contingências

A movimentação das contingências da Empresa referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão demonstradas a seguir:

a. Movimentação das contingências

Saldo em 31/12/16	Adições	Pagamentos	Reversão	Saldo em 31/12/17
<u>8.941</u>	<u>9.330</u>	<u>(1.616)</u>	<u>(3.857)</u>	<u>12.798</u>
Saldo em 31/12/17	Adições	Pagamentos	Reversão	Saldo em 31/12/18
<u>12.798</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.094)</u>	<u>8.704</u>

Existe um processo em andamento em relação ao acordo firmado com o Banco BMG cujo risco de perda foi classificado como provável pelos assessores jurídicos e o mesmo está provisionado na data base de 31 de dezembro de 2018.

b. Causas Possíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possui duas contingências avaliadas pela Administração e pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, uma no montante de R\$ 63.069 (R\$ 63.069 em dezembro de 2017) e a outra, originada na incorporação da GE Capital Information Technology Solutions do Brasil Ltda (GE ITS), no montante de R\$ 159 (R\$ 0 em dezembro de 2017). Portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

Adicionalmente, a Empresa possui dois processos judiciais, um deles interposto contra o Banco GE Capital (investida da GE Capital do Brasil Ltda. na época) e o outro originado na incorporação da GE ITS, ambos referentes a impostos federais, para os quais foram feitos depósitos judiciais no montante de R\$ 2.123 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.458 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 583 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 579 em 31 de dezembro de 2017) respectivamente, classificados no ativo não circulante. Os assessores jurídicos da Empresa avaliam esse processo com risco de perda remoto, e portanto, nenhuma provisão para contingência foi reconhecida.

14 Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social está representado por 772.714.388 quotas com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma assim distribuída entre os quotistas:

	Quotas	Valor
GE Capital UK Holdings LLC.	772.714.387	772.714.387
GEBAM, INC	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>772.714.388</u>	<u>772.714.388</u>

Em 01 de novembro de 2018, conforme 45ª alteração contratual, foi efetuada a incorporação da entidade legal GE Capital Information Technology Solutions do Brasil Ltda (GE ITS) e como resultado da incorporação, o capital social da Empresa foi aumentado em R\$ 8.495, mediante a emissão de 8.495.011 novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, que foram atribuídas à sócia GE Capital UK Holdings LLC (veja acervo líquido incorporado na nota explicativa nº1).

15 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2018	2017
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	14.629	1.176
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	<u>(4.974)</u>	<u>(400)</u>
Despesas não dedutíveis	(76)	(3)
Isenção da alíquota de 10% de IR adicional	24	24
Outros	(325)	-
(Reversão) / Constituição de Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não reconhecidos (b)	<u>(17.773)</u>	<u>(797)</u>
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(23.124)</u>	<u>-</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social – ano corrente	(22.800)	(1.176)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - anos anteriores	<u>(325)</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	158%	100%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) aos prejuízos fiscais e às bases negativas, que não possuem prazo prescricional, mas têm o seu aproveitamento limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis e (ii) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Empresa possa utilizar os benefícios destes, como segue:

	2018	2017
Provisão para contingências	2.960	4.351
Provisão para perda de crédito de mútuos a receber	28.946	-
Prejuízos fiscais (i)	28.049	35.242
Base negativa de contribuição social (i)	<u>10.098</u>	<u>12.687</u>
Total de impostos diferidos	<u>70.053</u>	<u>52.280</u>
(-) Provisão para realização	<u>(70.053)</u>	<u>(52.280)</u>
Total de impostos diferidos registrados na contabilidade	<u>-</u>	<u>-</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2018, os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social somam os montantes de R\$ 112.197 (R\$ 140.966 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 112.199 (R\$ 140.969 em 31 de dezembro de 2017). Os saldos de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens (preponderante), pois nos exercícios de sua constituição não eram prováveis que lucros tributáveis futuros estivessem disponíveis para que a Empresa pudesse utilizar-se destes benefícios.

16 Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Obrigações contratuais contingentes (nota 13)	(4.094)	(3.857)
Despesas legais relativas a reclamações trabalhistas	-	(1.616)
Recuperação de despesas reembolsadas por partes relacionadas (a) (nota 9)	413	472
Despesas com serviços prestados por partes relacionadas (nota 9)	(127)	(674)
Outras	<u>(10)</u>	<u>(29)</u>
	<u>(4.370)</u>	<u>(5.704)</u>

(a) Valor credor relacionado à recuperação de despesas que serão reembolsadas pela GE Capital UK Holdings LLC.

17 Receitas financeiras líquidas

	2018	2017
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(851)	(1.984)
Juros sobre notas promissórias	(37.878)	(47.767)
Despesas com PIS / COFINS sobre receitas financeiras	<u>(5.501)</u>	<u>(3.934)</u>
	<u>(44.230)</u>	<u>(53.685)</u>
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	84	133
Juros sobre aplicação financeira	92	512
Juros contratuais sobre mútuos com clientes / terceiros	54.438	59.804
Juros de mora e multa por atraso sobre mútuos com clientes / terceiros (a)	<u>85.137</u>	<u>-</u>
	<u>139.751</u>	<u>60.449</u>
Receitas financeiras líquidas	<u>95.521</u>	<u>6.764</u>

(a) Conforme acordo firmado com as contrapartes mencionadas acima, o saldo do mútuo a receber tem incidência de juros por atraso (mora) e multa a partir do vencimento, ou seja, 18 em dezembro de 2017. Conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros, e com base na avaliação da administração da Empresa, os saldos de mútuo a receber foram classificados no conceito de "ativo financeiro com problema de recuperação de crédito" e avaliados, pela Empresa, com risco de perda.

A General Electric Company é garantidora do pagamento de todo o montante relacionado ao principal, juros e todos os gastos relacionados aos termos do contrato de mútuo com as contrapartes, com exceção dos juros por atraso (mora) e portanto, ao efetuar a avaliação da perda esperada, a Empresa reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável para o montante não compreendido pela garantia que correspondente aos juros por atraso (mora) e multa.

18 Instrumentos financeiros

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros da Empresa está descrito na nota explicativa nº 3. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requerimentos.

a. Classificação contábil e valores justos

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		2018			
		Custo amortizado	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivo pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2018
Ativos					
	Nota				
Caixa e equivalentes de caixa	4	919	5.001	-	5.920
Mútuo a receber de terceiros	6	524.924	-	-	524.924
		525.843	5.001	-	530.844
Passivos					
Contas a pagar	9	-	-	1.402	1.402
Outras contas a pagar	12	-	-	40	40
Notas promissórias a pagar	10	-	-	498.793	498.793
		-	-	500.235	500.235
		2017			
		Custo amortizado	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivo pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2017
Ativos					
	Nota				
Caixa e equivalentes de caixa	4	58		-	58
Aplicações financeiras	5	-	1.329	-	1.329
Outras contas a receber	8	3.351	-	-	3.351
Mútuo a receber de terceiros	6	466.552	-	-	466.552
		469.961	1.329	-	471.290
Passivos					
Contas a pagar	9	-	-	198	198
Outras contas a pagar	12	-	-	722	722
Notas promissórias a pagar	10	-	-	460.915	460.915
		-	-	461.835	461.835

Para todas as operações, a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, mútuos a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar, notas promissórias e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

b. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **(Nível 1)** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **(Nível 2)** inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- **(Nível 3)** inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Valor contábil em 31 de dezembro de 2018	Valor contábil em 31 de Dezembro de 2017	
Ativos			
Aplicações financeiras	5.001	1.329	Nível 2

(i) Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o valor justo.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

(i) **Estrutura do gerenciamento de risco**

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) **Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e mútuo a receber.

(iii) **Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		Valor contábil	
	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4	5.920	58
Aplicações financeiras (i)	5	-	1.329
Mútuo a receber de terceiros (ii)	6	524.924	466.552
		<u>530.844</u>	<u>467.939</u>

- (i) O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras decorre, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Empresa. Regularmente a Empresa efetua análise de crédito das instituições as quais mantém relacionamento por meio de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez.
- (ii) Conforme mencionado na nota explicativa no. 5, em 23 de dezembro de 2016 a Empresa estabeleceu contratos de empréstimos (mútuos) com clientes de sua coligada com o propósito de prover recursos a tais empresas para que elas pudessem liquidar suas obrigações com a GE Energia Renováveis Ltda. (empresa do grupo GE no Brasil). A General Electric Company é garantidora do pagamento de todo o montante relacionado ao principal, juros e todos os gastos relacionados aos termos do contrato de empréstimo (mútuo) com as contrapartes, onde mesmo com o saldo vencido, nenhuma provisão de realização sobre o principal e juros contratuais será efetuada nesta Empresa, tendo em vista que a Empresa tem garantia da General Electric Company.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes.

<i>(Em milhares de Reais)</i>	2018	2017
Perda por redução ao valor recuperável de mútuo a receber	85.137	-

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Empresa está sujeita por possíveis dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Como forma de minimizar o risco, as unidades de negócios do Grupo GE mais rentáveis efetuam transações de mútuo com as unidades de negócios que necessitam de caixa para liquidar suas obrigações.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro contratual da Empresa em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

		2018			
	Nota	Valor contábil	Valor total	12 meses ou menos	Acima de 12 meses
Notas promissórias a pagar	10	498.793	538.893	538.893	-
Outras contas a pagar	12	40	40	40	-
Contas a pagar	9	1.402	1.402	1.402	-
		500.235	540.335	540.335	-
		2017			
	Nota	Valor contábil	Valor total	12 meses ou menos	Acima de 12 meses
Notas promissórias a pagar	10	460.915	499.350	-	499.350
Outras contas a pagar	12	722	722	722	-
Contas a pagar	9	198	198	198	-
		461.835	500.270	920	499.350

(v) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos e perdas da Empresa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(vi) **Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros**

A Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros acumulada em 31/12/2018	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV (25%)	V (50%)
Aplicações financeiras	5.001	CDI	6,40%	320	400	480	240	160
Mútuos a receber	524.924	CDI	11,25%	59.054	73.817	88.581	44.290	29.527
Notas promissória a pagar	<u>(498.793)</u>	CDI	8,10%	<u>(40.402)</u>	<u>(50.503)</u>	<u>(60.603)</u>	<u>(30.302)</u>	<u>(20.201)</u>
Efeito líquido	<u>31.132</u>			<u>18.972</u>	<u>23.715</u>	<u>28.458</u>	<u>14.229</u>	<u>9.486</u>

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros acumulada em 31/12/2017	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV (25%)	V (50%)
Aplicações financeiras	1.329	CDI	6,90%	92	115	138	69	46
Mútuos a receber	466.552	CDI	11,75%	54.820	68.525	82.230	41.115	27.410
Notas promissória a pagar	<u>(460.915)</u>	CDI	8,60%	<u>(39.639)</u>	<u>(49.548)</u>	<u>(59.458)</u>	<u>(29.729)</u>	<u>(19.819)</u>
Efeito líquido	<u>6.966</u>			<u>15.273</u>	<u>19.092</u>	<u>22.910</u>	<u>11.455</u>	<u>7.637</u>

19 Eventos subsequentes

A Empresa executou parcialmente a garantia dada pela General Electric Company para que fosse repago em sua totalidade os juros contratuais do período de 2016 a 2018, referente ao mútuo a receber com os parques eólicos integrantes do projeto CG-1, patrocinados pela Queiroz Galvão Energética S.A. Como consequência da execução parcial da garantia, em fevereiro de 2019 a Empresa recebeu o montante de R\$ 114.656.

* * *

Amauri Cortez Del Bortolo
Diretor

Patrícia Sampaio Nunes
Contadora
CRC 1SP 237756/O-6